



澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
行政法務司司長辦公室
Gabinete do Secretário para a Administração e Justiça

譯本
TRADUÇÃO

Resposta à interpelação escrita apresentada pelo deputado à Assembleia Legislativa, Lam U Tou

Em cumprimento das instruções do Chefe do Executivo, e tendo em consideração o parecer da área da Economia e Finanças, apresento a seguinte resposta à interpelação escrita do Deputado Lam U Tou, datada de 12 de Agosto de 2022, enviada a coberto do ofício n.º 841/E633/VII/GPAL/2022 da Assembleia Legislativa, de 29 de Agosto de 2022, e recebida pelo Gabinete do Chefe do Executivo no dia 30 de Agosto de 2022:

Difere do processo geral de aquisição de bens e serviços do Governo, o concurso público para a atribuição de concessões para a exploração de jogos de fortuna ou azar em casino rege-se por legislações específicas, em particular, a Lei n.º 16/2001, Regime jurídico da exploração de jogos de fortuna ou azar em casino, o Regulamento Administrativo n.º 26/2001, Regulamenta o concurso público para a atribuição de concessões para a exploração de jogos de fortuna ou azar em casino, o contrato de concessão e os requisitos de idoneidade e capacidade financeira das concorrentes e das concessionárias, e o Despacho do Chefe do Executivo n.º 136/2022 que regulamenta o processo do concurso.

Conforme estipulado no artigo 48.º-N da Lei n.º 16/2001, sem prejuízo da prestação de informações solicitadas, nos termos da lei, pelos serviços públicos previstos no mesmo artigo (nomeadamente órgão judicial, autoridade policial, etc.), os processos de concurso e os documentos relativos ao respectivo concurso têm carácter de sigilo, salvo disposição legal em contrário.

Nos termos do artigo 46.º do Regulamento Administrativo n.º 26/2001, do n.º 5 do Despacho do Chefe do Executivo n.º 136/2022 e do Programa do concurso público para a atribuição de concessões para a exploração de jogos de fortuna ou azar em casino (doravante designado por «Programa do concurso»), os elementos que servem de base ao concurso, incluindo o Programa do concurso e os respectivos diplomas legais, estão disponíveis para consulta dos interessados dentro do horário de expediente, podendo ainda ser compradas as cópias autenticadas dos mesmos.



澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
行政法務司司長辦公室
Gabinete do Secretário para a Administração e Justiça

譯本
TRADUÇÃO

Do que se refere do disposto acima mencionado, embora o Programa do concurso, não tendo carácter de sigilo, possa ser consultado e comprado, os interessados (por exemplo, os indivíduos que queiram saber o Programa do concurso) podem apenas efectuar a consulta e a compra de acordo com os diplomas aludidos, ou seja, a autoridade administrativa não o pode fornecer através de outra forma.

A Direcção dos Serviço de Finanças aponta que a fim de melhorar a publicidade e a transparência das aquisições governamentais, a Secretaria para a Economia e Finanças lançou, em Maio de 2017, as “Instruções para a publicitação da informação relativa às aquisições por parte dos serviços sob a alçada da Secretaria para a Economia e Finanças”. Todos os serviços sob a tutela da Secretaria para a Economia e Finanças, cujos processos de aquisição tenham decorrido após a vigência das referidas “Instruções”, devem proceder ao carregamento na sua página electrónica, sempre que se tratem de aquisições de bens e serviços ou da execução de empreitadas de obras públicas, cujos valores estimados ultrapassem, respectivamente, 750 mil patacas ou 2,5 milhões de patacas, dos elementos informativos relativos aos documentos do concurso, ao resultado da abertura das propostas ou da consulta de preços, ao resultado da adjudicação, etc., devendo ainda essas informações permanecer guardadas por um período mínimo de dois anos, para efeitos de consulta por parte do público.

Considerando as divergências entre as informações da contratação carregadas por diversos serviços e organismos, a DSF está a elaborar as “Instruções para a divulgação da informação relativa às obras e aquisição de bens e serviços”, tendo como base as “Instruções para a publicitação da informação relativa às aquisições por parte dos serviços sob a alçada da Secretaria para a Economia e Finanças”, com vista a uniformizar os critérios subjacentes à divulgação das informações respeitantes à contratação. a DSF vai proceder, antes da implementação das mesmas, à recolha de opiniões junto dos serviços e organismos.

Além disso, para facilitar a consulta por parte da população das informações relativas a contratação pública disponibilizadas pelos serviços e organismos, a DSF criou, em Junho do ano passado, a “Plataforma da publicitação uniformizada



澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
行政法務司司長辦公室
Gabinete do Secretário para a Administração e Justiça

譯本
TRADUÇÃO

das informações da contratação pública”, onde se agregam os *links* das páginas exclusivas sobre as informações da contratação dos diversos serviços e organismos, podendo o público consultar as respectivas informações, depois de seleccionar, na página exclusiva da DSF, o serviço ou organismo pretendido.

Paralelamente, considerando que a proposta de lei intitulada “Lei da contratação pública” tem uma cobertura ampla e por forma a garantir a operacionalidade do respectivo articulado na prática, a DSF pretende consultar as opiniões dos serviços públicos dotados de um orçamento de despesas relativamente elevado, de modo a aperfeiçoar a proposta de lei em causa, procurando apresentá-la à Assembleia Legislativa no segundo semestre de 2023.

O Chefe do Gabinete
Lam Chi Long
(assinatura vide original)

2022/9/16